



CÓD: OP-211JL-24
7908403560325

SEED-PR

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE DO PARANÁ

Professor Educação Básica e Profissional- Comum às
especialidades

EDITAL N.º 73/2024 – GS/SEED

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados	5
2. Compreensão de textos digitais e multimodais	6
3. Domínio da ortografia e gramática oficial	7
4. Emprego dos sinais de pontuação	8
5. Emprego de crase	11
6. regência nominal e verbal	11
7. Uso dos sinais de pontuação e outras notações	12
8. Concordância verbal e nominal	13
9. Reconhecimento de formas linguageiras em circulação na internet	15

Estatuto da criança e do adolescente

1. ECA – Art. 56, 232, 245 e 249	45
--	----

Conhecimentos Didáticos

1. A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO ESCOLAR: plano de aula, relação entre o planejamento da aula e o atendimento dos objetivos de aprendizagens, relação entre o desenvolvimento das competências gerais e específicas e as estratégias/metodologias utilizadas pelo professor e a avaliação	49
2. A METODOLOGIA VIABILIZANDO A APRENDIZAGEM: as estratégias de ensino, sua correlação com os recursos didáticos	52
3. observação de sala de aula: estratégias de construção de parceria com o pedagogo	53
4. o uso de metodologias ativas e de recursos educacionais digitais	53
5. A GESTÃO DE SALA DE AULA: a importância da organização da coletividade, o cuidado com as relações interpessoais e a mediação do conhecimento	54
6. os objetivos de aprendizagem e o desenvolvimento das competências e habilidades	55
7. o uso de técnicas de gestão de sala de aula e de estratégias de gestão do tempo e da aprendizagem	62
8. a importância do clima escolar para a construção do respeito e de um ambiente acolhedor para a formação do jovem	63
9. A AVALIAÇÃO E A RECUPERAÇÃO DA APRENDIZAGEM: avaliação interna e externa	64
10. avaliação diagnóstica, formativa e somativa	64
11. recuperação de estudos e reavaliação	65
12. critérios, instrumentos e intencionalidade da avaliação escolar	66
13. O ACOMPANHAMENTO AO ESTUDANTE COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: estratégias direcionadas, o desenvolvimento cognitivo e emocional na aprendizagem, a importância da integração entre o professor regente e os professores de apoio ao estudante com defasagem de aprendizagem e com deficiência	72
14. DOCUMENTOS CURRICULARES DO PARANÁ E SEU QUADRO ORGANIZADOR	76
15. RECURSOS EDUCACIONAIS DIGITAIS: plataformas digitais de aprendizagem, ferramentas de colaboração, comunicação, gerenciamento de salas virtuais	77

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

1. Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.

2. Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.

3. Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.

4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.

5. Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: *o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor...* Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: *conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...*

A partir da estrutura linguística, da função social e da finalidade de um texto, é possível identificar a qual tipo e gênero ele pertence. Antes, é preciso entender a diferença entre essas duas classificações.

Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinado espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo
- Bilhete
- Bula
- Carta

- Conto
- Crônica
- E-mail
- Lista
- Manual
- Notícia
- Poema
- Propaganda
- Receita culinária
- Resenha
- Seminário

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

COMPREENSÃO DE TEXTOS DIGITAIS E MULTIMODAIS

A compreensão de textos digitais e multimodais envolve a capacidade de interpretar e entender informações apresentadas em diferentes formatos e meios, como texto escrito, imagens, vídeos, gráficos, e outros elementos interativos. Esta competência é crucial na era digital, onde a comunicação e a informação são frequentemente transmitidas por meio de múltiplos canais e formatos.

Aqui estão alguns pontos-chave sobre a compreensão de textos digitais e multimodais:

Claro! Vamos aprofundar um pouco mais em cada um dos aspectos mencionados anteriormente para fornecer uma compreensão mais detalhada da leitura e compreensão de textos digitais e multimodais.

1. Integração de Mídias

Textos digitais frequentemente utilizam diferentes mídias para transmitir informações. Por exemplo, um artigo de notícias online pode incluir:

- Texto para fornecer detalhes e narrativas.
- Imagens para ilustrar pontos-chave ou adicionar contexto visual.
- Vídeos para fornecer reportagens mais dinâmicas ou entrevistas.
- Áudio para podcasts ou clipes sonoros relevantes.

Compreender a integração dessas mídias requer habilidades de leitura tradicional, assim como a capacidade de interpretar e analisar informações visuais e auditivas. Cada mídia pode contribuir com diferentes nuances para a mensagem geral.

2. Interatividade

A interatividade é um componente central de muitos textos digitais. Exemplos incluem:

- Links que direcionam os leitores para informações adicionais ou relacionadas.
- Menus e navegação que permitem aos usuários explorar diferentes seções de um site.

- Elementos interativos como questionários, infográficos interativos e jogos educativos.

Para compreender totalmente esses textos, os leitores precisam ser proficientes em navegar e interagir com esses elementos. Isso também envolve habilidades de problem-solving para explorar e descobrir informações adicionais através de interações digitais.

3. Literacia Visual

A literacia visual é a capacidade de interpretar e fazer sentido de informações apresentadas visualmente. Exemplos de elementos visuais incluem:

- Gráficos e tabelas que apresentam dados de maneira condensada e visual.
- Diagramas e mapas que mostram relações e distribuições espaciais.
- Infográficos que combinam texto e imagens para transmitir informações complexas de forma mais acessível.

Os leitores precisam ser capazes de analisar esses elementos visuais e entender como eles complementam ou expandem o texto escrito.

4. Literacia Digital

A literacia digital envolve uma série de competências relacionadas ao uso de tecnologias digitais, incluindo:

- Navegação na web: Usar motores de busca, entender URLs e reconhecer websites confiáveis.
- Segurança digital: Proteger informações pessoais, entender privacidade online e evitar fraudes.
- Ferramentas digitais: Usar software e aplicativos para criar, editar e compartilhar informações.

Essas habilidades são essenciais para acessar, compreender e utilizar informações no ambiente digital moderno.

5. Análise Crítica

A análise crítica de textos digitais envolve:

- Avaliação de fontes: Determinar a credibilidade de uma fonte, verificar a autoria e entender a reputação da publicação.
- Identificação de vieses: Reconhecer possíveis preconceitos ou agendas nas informações apresentadas.
- Distinguir fatos de opiniões: Separar informações factuais de comentários ou interpretações subjetivas.

Desenvolver um olhar crítico é fundamental para navegar pelo vasto e variado mundo da informação digital, evitando desinformação e manipuladores.

6. Multimodalidade

A multimodalidade refere-se ao uso de diferentes modos de comunicação para transmitir uma mensagem. Em textos digitais, isso pode significar a combinação de:

- Texto: Fornecendo o corpo principal da informação.
 - Imagens e vídeos: Oferecendo suporte visual e contextual.
 - Elementos sonoros: Adicionando uma camada auditiva de informação.
 - Interatividade: Engajando o leitor de maneira ativa.
- Os leitores precisam entender como esses diferentes modos trabalham juntos para criar uma mensagem coesa e eficaz.

7. Cultura Digital

Compreender a cultura digital envolve:

- Conhecimento de tendências e memes: Estar ciente de como as tendências culturais e memes influenciam a comunicação online.
- Uso de emojis e linguagem informal: Entender como esses elementos são usados para transmitir emoções e tons em mensagens digitais.
- Conexões sociais e redes: Compreender como as redes sociais funcionam e como as pessoas interagem e compartilham informações.

Esse conhecimento cultural ajuda os leitores a interpretar o contexto e as nuances da comunicação digital.

Exemplos Práticos

Para ilustrar como essas habilidades podem ser aplicadas, considere os seguintes exemplos:

1. Artigo de Notícias Online:

- Um artigo pode incluir texto, um vídeo de uma entrevista, e gráficos que mostram dados estatísticos.
- O leitor precisa ler o texto, assistir ao vídeo para obter informações adicionais, e interpretar os gráficos para compreender completamente a notícia.

2. Curso On-line:

- Um curso pode incluir módulos de texto, vídeos de aulas, quizzes interativos, e fóruns de discussão.
- O aluno precisa engajar-se com cada um desses elementos para aprender efetivamente o material do curso.

3. Redes Sociais:

- Um post pode incluir texto, imagens, emojis, e links para outras fontes.
- O usuário precisa entender o contexto cultural do post, interpretar as imagens e emojis, e seguir os links para obter informações adicionais.

Ao desenvolver essas habilidades, os indivíduos podem navegar de forma mais eficaz e crítica pelo vasto mundo da informação digital e multimodal.

DOMÍNIO DA ORTOGRAFIA E GRAMÁTICA OFICIAL

A ortografia oficial diz respeito às regras gramaticais referentes à escrita correta das palavras. Para melhor entendê-las, é preciso analisar caso a caso. Lembre-se de que a melhor maneira de memorizar a ortografia correta de uma língua é por meio da leitura, que também faz aumentar o vocabulário do leitor.

Neste capítulo serão abordadas regras para dúvidas frequentes entre os falantes do português. No entanto, é importante ressaltar que existem inúmeras exceções para essas regras, portanto, fique atento!

Alfabeto

O primeiro passo para compreender a ortografia oficial é conhecer o alfabeto (os sinais gráficos e seus sons). No português, o alfabeto se constitui 26 letras, divididas entre **vogais** (a, e, i, o, u) e **consoantes** (restante das letras).

Com o Novo Acordo Ortográfico, as consoantes **K**, **W** e **Y** foram reintroduzidas ao alfabeto oficial da língua portuguesa, de modo que elas são usadas apenas em duas ocorrências: **transcrição de nomes próprios** e **abreviaturas e símbolos de uso internacional**.

Uso do “X”

Algumas dicas são relevantes para saber o momento de usar o X no lugar do CH:

- Depois das sílabas iniciais “me” e “en” (ex: mexerica; enxergar)
- Depois de ditongos (ex: caixa)
- Palavras de origem indígena ou africana (ex: abacaxi; orixá)

Uso do “S” ou “Z”

Algumas regras do uso do “S” com som de “Z” podem ser observadas:

- Depois de ditongos (ex: coisa)
- Em palavras derivadas cuja palavra primitiva já se usa o “S” (ex: casa > casinha)
- Nos sufixos “ês” e “esa”, ao indicarem nacionalidade, título ou origem. (ex: portuguesa)
- Nos sufixos formadores de adjetivos “ense”, “oso” e “osa” (ex: populoso)

Uso do “S”, “SS”, “Ç”

- “S” costuma aparecer entre uma vogal e uma consoante (ex: diversão)
- “SS” costuma aparecer entre duas vogais (ex: processo)
- “Ç” costuma aparecer em palavras estrangeiras que passaram pelo processo de aportuguesamento (ex: muçarela)

Os diferentes porquês

POR QUE	Usado para fazer perguntas. Pode ser substituído por “por qual motivo”
PORQUE	Usado em respostas e explicações. Pode ser substituído por “pois”
POR QUÊ	O “que” é acentuado quando aparece como a última palavra da frase, antes da pontuação final (interrogação, exclamação, ponto final)
PORQUÊ	É um substantivo, portanto costuma vir acompanhado de um artigo, numeral, adjetivo ou pronome

Parônimos e homônimos

As palavras **parônimas** são aquelas que possuem grafia e pronúncia semelhantes, porém com significados distintos.

Ex: *cumprimento* (saudação) X *comprimento* (extensão); *tráfego* (trânsito) X *tráfico* (comércio ilegal).

Já as palavras **homônimas** são aquelas que possuem a mesma grafia e pronúncia, porém têm significados diferentes. **Ex:** *rio* (verbo “rir”) X *rio* (curso d’água); *manga* (blusa) X *manga* (fruta).

EMPREGO DOS SINAIS DE PONTUAÇÃO

Para a elaboração de um texto escrito, deve-se considerar o uso adequado dos **sinais de pontuação** como: pontos, vírgula, ponto e vírgula, dois pontos, travessão, parênteses, reticências, aspas, etc.

Tais sinais têm papéis variados no texto escrito e, se utilizados corretamente, facilitam a compreensão e entendimento do texto.

— A Importância da Pontuação

¹As palavras e orações são organizadas de maneira sintática, semântica e também melódica e rítmica. Sem o ritmo e a melodia, os enunciados ficariam confusos e a função comunicativa seria prejudicada.

O uso correto dos sinais de pontuação garante à escrita uma solidariedade sintática e semântica. O uso inadequado dos sinais de pontuação pode causar situações desastrosas, como em:

- Não podem atirar! (entende-se que atirar está proibido)
- Não, podem atirar! (entende-se que é permitido atirar)

— Ponto

Este ponto simples final (.) encerra períodos que terminem por qualquer tipo de oração que não seja interrogativa direta, a exclamativa e as reticências.

Outra função do ponto é a da pausa oracional, ao acompanhar muitas palavras abreviadas, como: *p.*, *2.ª*, entre outros.

Se o período, oração ou frase terminar com uma abreviatura, o ponto final não é colocado após o ponto abreviativo, já que este, quando coincide com aquele, apresenta dupla serventia.

Ex.: “O ponto abreviativo põe-se depois das palavras indicadas abreviadamente por suas iniciais ou por algumas das letras com que se representam, *v.g.* ; *V. S.ª* ; *Il.ª* ; *Ex.ª* ; etc.” (Dr. Ernesto Carneiro Ribeiro)

O ponto, com frequência, se aproxima das funções do ponto e vírgula e do travessão, que às vezes surgem em seu lugar.

Obs.: Estilisticamente, pode-se usar o ponto para, em períodos curtos, empregar dinamicidade, velocidade à leitura do texto: “Era um garoto pobre. Mas tinha vontade de crescer na vida. Estudou. Subiu. Foi subindo mais. Hoje é juiz do Supremo.” É muito utilizado em narrações em geral.

— Ponto Parágrafo

Separa-se por ponto um grupo de período formado por orações que se prendem pelo mesmo centro de interesse. Uma vez que o centro de interesse é trocado, é imposto o emprego do ponto parágrafo se iniciando a escrever com a mesma distância da margem com que o texto foi iniciado, mas em outra linha.

O parágrafo é indicado por (§) na linguagem oficial dos artigos de lei.

— Ponto de Interrogação

É um sinal (?) colocado no final da oração com entonação interrogativa ou de incerteza, seja real ou fingida.

A interrogação conclusa aparece no final do enunciado e requer que a palavra seguinte se inicie por maiúscula. Já a interrogação interna (quase sempre fictícia), não requer que a próxima palavra se inicie com maiúscula.

Ex.: — Você acha que a gramática da Língua Portuguesa é complicada?

— Meu padrinho? É o Excelentíssimo Senhor coronel Paulo Vaz Lobo Cesar de Andrade e Sousa Rodrigues de Matos.

Assim como outros sinais, o ponto de interrogação não requer que a oração termine por ponto final, a não ser que seja interna.

Ex.: “Esqueceu alguma coisa? perguntou Marcela de pé, no patamar”.

Em diálogos, o ponto de interrogação pode aparecer acompanhando do ponto de exclamação, indicando o estado de dúvida de um personagem perante diante de um fato.

Ex.: — “Esteve cá o homem da casa e disse que do próximo mês em diante são mais cinquenta...”

— “?!...”

— Ponto de Exclamação

Este sinal (!) é colocado no final da oração enunciada com entonação exclamativa.

Ex.: “Que gentil que estava a espanhola!”

“Mas, na morte, que diferença! Que liberdade!”

Este sinal é colocado após uma interjeição.

Ex.: — Olé! exclamei.

— Ah! brejeiro!

As mesmas observações vistas no ponto de interrogação, em relação ao emprego do ponto final e ao uso de maiúscula ou minúscula inicial da palavra seguinte, são aplicadas ao ponto de exclamação.

— Reticências

As reticências (...) demonstram interrupção ou incompletude de um pensamento.

Ex.: — “Ao proferir estas palavras havia um tremor de alegria na voz de Marcela: e no rosto como que se lhe espalhou uma onda de ventura...”

— “Não imagina o que ela é lá em casa: fala na senhora a todos os instantes, e aqui aparece uma pamonha. Ainda ontem...”

Quando colocadas no fim do enunciado, as reticências dispensam o ponto final, como você pode observar nos exemplos acima.

As reticências, quando indicarem uma enumeração inconclusa, podem ser substituídas por *etc.*

Ao transcrever um diálogo, elas indicam uma não resposta do interlocutor. Já em citações, elas podem ser postas no início, no meio ou no fim, indicando supressão do texto transcrito, em cada uma dessas partes.

Quando ocorre a supressão de um trecho de certa extensão, geralmente utiliza-se uma linha pontilhada.

As reticências podem aparecer após um ponto de exclamação ou interrogação.

¹ BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ECA – ART. 56, 232, 245 E 249

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

CAPÍTULO IV DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER

Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

- I - maus-tratos envolvendo seus alunos;
- II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;
- III - elevados níveis de repetência.

SEÇÃO II DOS CRIMES EM ESPÉCIE

Art. 232. Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento:

Pena - detenção de seis meses a dois anos.

CAPÍTULO II DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 245. Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente:

Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

Art. 249. Descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao ~~pátrio poder~~ poder familiar ou decorrente de tutela ou guarda, bem assim determinação da autoridade judiciária ou Conselho Tutelar: (Expressão substituída pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

QUESTÕES

1. FUNCERN - 2023 - Câmara de Natal - RN - Assistente Legislativo (ALNS) - Pedagogo

Como está posto no art. 56, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – 1990), os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental, devem comunicar ao Conselho Tutelar, entre outros, o caso de

(A) indisciplina ou baixo rendimento, após comunicação à família.

(B) maus-tratos envolvendo seus alunos e elevados níveis de repetência.

(C) reiteração de faltas justificadas e de evasão escolar, mantidos os recursos escolares.

(D) confirmação ou suspeita de uso de drogas por parte dos pais ou responsáveis e ausências dos pais ou responsáveis em reuniões.

2. SELECON - 2022 - Prefeitura de São José dos Quatro Marcos - MT - Professor II -

A diretora da escola X, de ensino fundamental, toma conhecimento de que o aluno Mauro é excessivamente faltoso e sofre maus-tratos em casa. De acordo com o Art. 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA(1990), ela deverá comunicar o fato:

(A) ao Conselho Tutelar

(B) à Delegacia mais próxima

(C) à Secretaria Segurança

(D) ao Ministério da Educação

3. IVIN - 2024 - Prefeitura de Conceição do Canindé - PI - Professor -

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990), em seu art. 56, os casos de maus-tratos envolvendo alunos, de reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares, e de elevados níveis de repetência, devem ser comunicados ao Conselho Tutelar pelos dirigentes de:

(A) Estabelecimentos de educação superior.

(B) Estabelecimentos de ensino fundamental.

(C) Estabelecimentos de ensino médio.

(D) Estabelecimentos de educação infantil

(E) Estabelecimentos da educação básica.

4. IVIN - 2024 - Prefeitura de Conceição do Canindé - PI - Professor -

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990), em seu art. 56, os casos de maus-tratos envolvendo alunos, de reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares, e de elevados níveis de repetência, devem ser comunicados ao Conselho Tutelar pelos dirigentes de:

- (A) Estabelecimentos de educação superior.
- (B) Estabelecimentos de ensino fundamental.
- (C) Estabelecimentos de ensino médio.
- (D) Estabelecimentos de educação infantil.
- (E) Estabelecimentos da educação básica.

5. Instituto Consulplan - 2020 - Prefeitura de Formiga - MG - Auxiliar de Educação Especial - Sem Área

O ECA constitui-se importante ferramenta de trabalho para os profissionais da educação em suas ações pedagógicas, como também orienta todo o sistema educacional. É um instrumento que, também, garante as políticas públicas tão necessárias à infância e à juventude em situações de risco e de vulnerabilidade social. Ao contrário dos dizeres populares alardeados pela mídia e especuladores, o ECA não se apresenta como uma ameaça à autoridade do sistema educacional, e sim como um contendor das negligências promovidas contra crianças e adolescentes. (Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/formacao_acao/1semestre_2015/agentes_eca_anexo_1.pdf)

Considerando o trecho, são obrigações da escola, de acordo com o Art. 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente, comunicar ao Conselho Tutelar em casos de:

- I. Maus-tratos envolvendo os seus alunos.
- II. Reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares.
- III. Elevados níveis de repetência.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.

6. VUNESP - 2019 - Prefeitura de Itapevi - SP - Orientador Social

De acordo com a Lei Federal nº 8.069/90, toda criança e adolescente tem o direito de ser educado e cuidado sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos responsáveis ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los. Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento, é considerado como crime pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – art. 232), que prevê como pena

- (A) multa de um a três salários de referência.
- (B) detenção de seis meses a dois anos.
- (C) prestação de serviços à comunidade.
- (D) aplicação de medidas socioeducativas.
- (E) ressarcimento dos prejuízos causados.

7. IBADE - 2024 - Prefeitura de Lúna - ES - Professor B - DT Ciências

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/1990, estabelece uma série de direitos e deveres para crianças e adolescentes no Brasil. Nesse sentido, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, é um direito das crianças e adolescentes:

- (A) contribuir para o convívio harmônico familiar e comunitário, participando de ações que visem ao bem-estar coletivo.
- (B) respeitar as regras da sociedade, agindo com responsabilidade e respeito aos direitos dos outros;
- (C) respeitar os professores, funcionários e colegas no ambiente escolar;
- (D) respeitar e obedecer aos pais ou responsáveis;
- (E) ser protegido contra qualquer forma de abuso, exploração, negligência, crueldade e violência;

8. IBFC - 2023 - SEE-AC - ENSINO REGULAR: PROFESSOR PNS-P2 –

De acordo com o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), analise as afirmativas abaixo.

I. Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

II. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

III. Não é possível, em nenhuma hipótese, a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente aos maiores de dezoito anos.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II e III
- (B) I e II apenas
- (C) II e III apenas
- (D) I apenas

9. ADM&TEC - 2020 - Prefeitura de Gravatá - PE - Professor Auxiliar

Analise as afirmativas a seguir:

I. As crianças e os adolescentes, no Brasil, não têm o direito de brincar, praticar esportes, participar de atividades lúdicas ou divertir-se, de acordo com as determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente.

II. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente determina que não podem ser objeto de proteção legal a autonomia, a imagem, os recursos materiais, os objetos pessoais, as ideias ou mesmo a opinião das crianças e dos adolescentes.

Marque a alternativa CORRETA:

- (A) As duas afirmativas são verdadeiras.
- (B) A afirmativa I é verdadeira, e a II é falsa.
- (C) A afirmativa II é verdadeira, e a I é falsa.
- (D) As duas afirmativas são falsas.

CONHECIMENTOS DIDÁTICOS

**A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO ESCOLAR:
PLANO DE AULA, RELAÇÃO ENTRE O PLANEJAMENTO
DA AULA E O ATENDIMENTO DOS OBJETIVOS
DE APRENDIZAGENS, RELAÇÃO ENTRE O
DESENVOLVIMENTO DAS COMPETÊNCIAS GERAIS
E ESPECÍFICAS E AS ESTRATÉGIAS/METODOLOGIAS
UTILIZADAS PELO PROFESSOR E A AVALIAÇÃO**

O ato de planejar é uma tarefa imprescindível na vida humana e assim se constitui também no trabalho pedagógico. O planejamento escolar é uma etapa prioritária e permanente na prática pedagógica e define os parâmetros, objetivos, planos de ação e avaliações de uma escola.

Para Libâneo (2005) o planejamento escolar refere-se à uma atividade de revisão e previsão da ação escolar, examinando recursos e procedimentos e as formas de avaliação com a finalidade de atingir os objetivos propostos.

Daniilo Gandin, José Carlos Libâneo e Celso Vasconcellos são educadores e teóricos que problematizam os temas do planejamento escolar e a gestão pedagógica; discorrem também sobre Projeto Político Pedagógico, currículo e processo educativo. Eles discutem sobre as lacunas entre teoria e prática relacionadas aos temas em destaque e apresentam suas propostas de caminhos pedagógicos autênticos visando sanar as desigualdades do processo educativo. Destacam também em suas análises o papel do professor e aluno, suas relações subjetivas e o protagonismo desses sujeitos sociais para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem.

Gestão escolar refere-se a toda forma de organização da escola: setor financeiro, questões pedagógicas, acadêmicas, secretaria escolar, administrativo, RH e todas as áreas que fazem parte da construção do ambiente escolar e seu funcionamento.

Desde o processo de redemocratização do Brasil em meados de 1980 fala-se numa gestão escolar democrática. A gestão democrática conta com o envolvimento da comunidade escolar no processo de construção, desenvolvimento do espaço escolar e de todo o planejamento pedagógicos; além de suas ações e processos. Portanto a gestão democrática é uma gestão participativa, com a presença de todos os sujeitos sociais inseridos no contexto da instituição de ensino, sendo estes: pais, professores, coordenadores, diretores, alunos e entidades governamentais locais.

Para que haja uma gestão educacional são necessários seis pilares: gestão pedagógica da escola, gestão administrativa, gestão financeira, gestão de recursos humanos, gestão da comunicação da escola, gestão de tempo e qualidade do ensino.

Além destes pilares existe o controle acadêmico escolar no intuito de apresentar uma gestão dos alunos, o que abarca matrículas, documentos, transferências, turmas, diários dos professores, notas, frequências, carga horária dos alunos e conteúdos ministrados pelos professores. Todos esses pilares e a gestão dos alunos encontra-se no Livro de Gestão da escola que são separados de acordo com os pilares e seus assuntos.

Referências Bibliográficas

GANDIN, Daniilo. *Planejamento Como Prática Educativa*. 8 ed. São Paulo : Loyola, 1993.

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática*. 5 Ed. Goiânia : Alternativa, 2000.

VASCONCELLOS, Celso dos S. *Planejamento – Projeto de ensino e aprendizagem e projeto político-pedagógico*. São Paulo: Libertad, 2000.

Um plano de aula está diretamente relacionado ao plano de ensino¹, mas descreve uma sequência didática a ser seguida para o desenvolvimento integral e integrado da aprendizagem, diariamente, em cada aula ou atividade prática (laboratório, estágio, visit(A)). Facilita a visualização da dinâmica da aula ou atividade, contribui para que outro docente possa utilizar-se desta referência, em caso de impossibilidade ou ausência do docente responsável².

— Elaboração de um plano de aula

Para Libâneo, “o planejamento escolar é uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos de organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino”. Portanto, o planejamento de aula é um instrumento essencial para o professor definir as estratégias pedagógicas, conforme o objetivo a ser alcançado, criteriosamente adequado para as diferentes turmas, com flexibilidade suficiente, caso necessite de alterações.

Na elaboração do plano de aula devemos nos atentar para:

- Clareza e objetividade;
- Atualização do plano periodicamente;
- Conhecimento dos recursos disponíveis da escola;
- Noção do conhecimento que os alunos já possuem sobre o conteúdo abordado;
- Articulação entre a teoria e a prática;
- Utilização de metodologias diversificadas, inovadoras e que auxiliem no processo de ensino-aprendizagem;
- Sistematização das atividades de acordo com o tempo disponível (dimensiono o tempo/carga horária, segundo cada etapa da aula/atividade);
- Flexibilidade frente a situações imprevistas;

¹ Um plano de ensino é aquele que compreende todo o processo ensino aprendizagem durante o ano letivo, explicitando todas as disciplinas ou módulos do curso. É o documento que o aluno recebe no primeiro dia de aula descrevendo: identificação da disciplina, carga horária, objetivos, cronograma de atividades (conteúdos), instrumentos de avaliativos, bibliografia recomendada. Eventualmente o educador não tem oportunidade de elaborar o plano de ensino, pois, conforme a instituição é previamente elaborado e apresentado, sem espaço para ser revisitado.

² https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4505701/mod_resource/content/2/TEXTO%20PLANO%20DE%20AULA.pdf

- Realização de pesquisas buscando diferentes referências, como revistas, jornais, filmes entre outros;
- Elaboração de aulas de acordo com a realidade sociocultural dos estudantes.

Ao elaborar o plano, faça um diagnóstico inicial, respondendo a questões:

Para quem vou ensinar? Quem são os estudantes? Quais as características (faixa etária, grau de maturidade, conhecimentos prévios, habilidades adquiridas, contexto social em que vivem (alunos trabalhadores com múltiplas jornadas de trabalho))?

Por que ensinar? Quais os objetivos da educação e da escola? Do módulo ou da aula?

Quais as competências a serem desenvolvidas? Na educação, decidir e definir os objetivos de aprendizagem significa estruturar, de forma consciente, o processo educacional para propiciar mudanças de pensamentos, ações e condutas.

Essa estruturação resulta do planejamento diretamente relacionado à seleção de conteúdos, de procedimentos, de atividades, de recursos disponíveis, de estratégias, de instrumentos de avaliação e da metodologia a ser adotada no processo educativo, alinhados à formação das competências, de acordo com o perfil profissional delineado pela escola.

O que ensinar? Qual o conteúdo requerido, selecionado? Como integrar conteúdos e outras áreas do saber (temas transversais, interdisciplinaridade)?

Como ensinar? Quais os recursos didáticos disponíveis? Outros podem ser providenciados/ construídos? Qual o período da aula (matutino, vespertino, noturno)? Como aproveitar os conhecimentos e experiências prévias? Quais estratégias utilizar?

Como verificar a aprendizagem? Como acompanhar o processo educativo? Quais os critérios para definir o sistema de avaliação?

Quais os métodos e tipos de instrumentos de avaliação? Há coerência entre os métodos de avaliação e os objetivos delineados? Consideram os resultados a serem alcançados?

Nessa perspectiva, em um modelo prático (mas, não único!), estruturalmente o Plano de Aula é constituído por: Identificação, Objetivos, Conteúdos, Metodologias, Recursos e Avaliação.

1. CABEÇALHO E IDENTIFICAÇÃO

Escola:

Turma:

Disciplina:

Professor((A):

Data:

Horário:

Duração:

Tema:

2. OBJETIVOS

Para falarmos sobre objetivos vamos lembrar um trecho do filme “Alice no País das Maravilhas”, aquele em que a personagem se encontra frente a vários caminhos para prosseguir sua busca pelo coelho que fugiu com o relógio:

Ao ver um grande gato no alto de uma árvore pergunta-lhe:

— Você pode me ajudar?

Ele diz:

— Sim, pois não.

— Para onde vai essa estrada, pergunta ela.

Ele responde com outra pergunta:

— Para onde você quer ir?

Ela diz: — Não sei, estou perdida.

Ele, então, lhe diz assim:

— Para quem não sabe aonde vai, qualquer caminho serve.

Os professores, especialmente àqueles que compreendem a função social e política da educação, não podem ser estilo “Alice”, ou seja, não ter clareza do que querem atingir com suas aulas. Como escapar desse estilo? É necessário planejar criteriosamente suas aulas.

A elaboração de um plano de aula inicia-se com a formulação dos objetivos de aprendizagem, ou seja, a definição clara e precisa do que se espera que o estudante seja capaz de fazer após a conclusão da aula/disciplina. A elaboração de objetivos mais adequados ao ensino pode ser facilitada pelo uso da Taxonomia de Bloom³ (auxilia a identificação e a declaração dos objetivos).

Uma estrutura de organização hierárquica de objetivos educacionais. Essa taxonomia resultou do trabalho de uma comissão multidisciplinar de especialistas de várias universidades dos Estados Unidos, liderada por Benjamin S. Bloom, na década de 1950. A classificação divide as possibilidades de aprendizagem em três grandes domínios:

– **Cognitivo:** abrangendo a aprendizagem intelectual (relacionado ao aprender, dominar um conhecimento);

– **Afetivo:** abrangendo os aspectos de sensibilização e gradação de valores (relacionado a sentimentos e posturas);

– **Psicomotor:** abrangendo as habilidades de execução de tarefas que envolvem o organismo muscular (relacionado a habilidades físicas específicas).

Para melhor compreensão do assunto vamos rever os objetivos de nossa aula:

Compreender os princípios norteadores da elaboração do plano de aula;

Identificar os elementos que compõem o plano de aula;

Elaborar o plano de aula;

Refletir sobre a importância do planejamento na organização das ações de ensino.

Você pode nos dizer a quais domínios da Taxonomia de Bloom eles se relacionam? Como você pode observar a declaração de um objetivo se inicia com um verbo no infinitivo que descreve o desempenho esperado do estudante.

3 Uma das teorias de aprendizagem que auxiliam os professores no planejamento e aprimoramento do processo educacional é a Taxonomia de Bloom, bastante utilizada para definir objetivos. Benjamin Bloom (1913–1999) foi um psicólogo e pedagogo norte-americano que desenvolveu diversas pesquisas ao longo de sua vida profissional, abordando a educação com uma perspectiva psicológica. Ele entendia que a educação vai além do âmbito acadêmico, pois deve servir ao propósito de extrair todo o potencial humano, para que este alcance seus sonhos com um olhar mais otimista para os alunos, sem vê-los como meros estudantes. Considerando os aspectos cognitivos, emocionais e psicomotores da aprendizagem, bem como sua influência sobre o processo educacional e modo de auxiliar os professores na prática de ensinar, em 1956, Bloom apresentou seu modelo educacional no trabalho intitulado “Taxonomia de objetivos educacionais”.

Ao selecionar os verbos, precisamos considerar o que o estudante deverá ser capaz de. Veja no quadro referente ao domínio cognitivo, os verbos associados às diferentes categorias.

CATEGORIA	VERBO
Conhecimento	Definir, escrever, selecionar, sublinhar, selecionar, lembrar, declarar, listar, reconhecer, reproduzir, nomear, rotular, medir.
Compreensão	Identificar, ilustrar, explicar, justificar, representar, julgar, selecionar, nomear, constatar, indicar, formular, classificar.
Aplicação	Predizer, escolher, encontrar, construir, selecionar, mostrar, computar, avaliar, demonstrar, usar, explicar, desempenhar.
Análise	Analisar, selecionar, justificar, identificar, separar, resolver, concluir, comparar, separar, diferenciar, contrastar, criticar.
Síntese	Combinar, arguir, selecionar, repetir, discutir, relacionar, sumarizar, organizar, generalizar, sintetizar, derivar, concluir.
Avaliação	Julgar, suportar, identificar, avaliar, defender, evitar, determinar, atacar, selecionar, reconhecer, criticar, escolher.

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4505701/mod_resource/content/2/TEXTO%20PLANO%20DE%20AULA.pdf

Portanto, lembre-se da Taxonomia de Bloom ao definir os objetivos: conforme o domínio, os objetivos são expressos por verbos que explicitam a ação esperada, de forma coerente. Ex: considerando o domínio cognitivo, o verbo escolhido no objetivo deve expressar o que o estudante deverá conhecer; no domínio psicomotor, o que o estudante deverá ser capaz de fazer e no domínio afetivo que atitudes e comportamentos o estudante deverá adotar após a aula.

Características dos objetivos bem delineados:

- Orientados para os sujeitos da ação;
- Fornecem uma descrição dos resultados desejados;
- São claros e precisos;
- São facilmente compreendidos;
- São relevantes;
- São realizáveis.

3. CONTEÚDOS

A seleção dos conteúdos a serem trabalhados na aula deve responder a questão: Para alcançar os objetivos delineados quais conteúdos devem ser trabalhados?

Considere também os critérios abaixo:

- Vinculação aos objetivos;
- Validade (aplicável à vida real);
- Significância (relação com experiências pessoais dos sujeitos);
- Utilidade para os sujeitos (atender as necessidades e interesses dos estudantes);
- Adequado à diversidade dos sujeitos;
- Adequado ao tempo da ação.

Para facilitar o delineamento dos conteúdos e seleção das estratégias de ensino, propõe-se a tipologia dos conteúdos de aprendizagem:

– **Factuais:** referem-se ao conhecimento de fatos, acontecimentos, situações, dados e fenômenos concretos e singulares. Envolve memorização e repetição.

– **Conceituais:** relacionam-se com conceitos propriamente ditos e referem-se ao conjunto de fatos, objetos ou símbolos que possuem características comuns. São mais abstratos e envolvem compreensão, reflexão, análise e comparação. Envolve compreensão e utilização dos conhecimentos.

– **Procedimentais:** Referem-se ao aprender a fazer, envolvem regras, técnicas, métodos, estratégias e habilidades. Como exemplos, temos: ler, desenhar, observar, classificar e traduzir. A aprendizagem envolve a realização de ações, ou seja, para aprender é preciso fazer e aplicar o conhecimento em diferentes contextos.

– **Atitudinais:** envolvem valores, atitudes e normas. Incluem-se nesses conteúdos, a cooperação, a solidariedade, o trabalho em grupo, o respeito, a ética e o trabalho com a diversidade. A aprendizagem desses conteúdos envolve a reflexão, tomada de posição e avaliação, o que pode ser facilitado por meio de estudos de casos, situações-problemas, júri simulado, etc.

Selecione os conteúdos, baseando-se no Plano de Ensino, estabelecendo uma sequência lógica para facilitar a integração dos demais conteúdos. Conforme o contexto pode-se estabelecer a abordagem dos aspectos mais gerais até os mais específicos, preferencialmente iniciando dos mais simples para os mais complexos.

Certifique-se de que está contemplando o necessário para o momento, quantitativa e qualitativamente, sem exceder os limites, incluindo outros assuntos que podem ser abordados posteriormente, de maneira mais facilitadora, à compreensão e ao aprendizado.

4. ESTRATÉGIAS

Corresponde aos caminhos/meios para atingir os objetivos. Para a seleção das estratégias de ensino é preciso responder a questão: Que situações de aprendizagem devo organizar para que o estudante atinja os objetivos delineados?

Alguns critérios devem ser considerados na seleção das estratégias:

- Concepção pedagógica adotada;
- Domínios dos objetivos;
- Tipologia dos conteúdos;
- Características dos estudantes;
- Características da estratégia;
- Características do professor;
- Características do assunto abordado;
- Tempo para desenvolvimento da ação;
- Recursos disponíveis: materiais, físicos, humanos e financeiros.

Na seleção das estratégias o alcance dos objetivos se torna mais fácil quando estas:

- Permitem resgatar o conhecimento prévio dos estudantes;
- Promovem a participação ativa dos estudantes;
- Valorizam os saberes dos estudantes, ainda que estes sejam do senso comum.

Alguns exemplos de estratégias de ensino:

– Jogos, dramatização, dinâmica de grupo, roda de conversa, oficina pedagógica, palestra, projetos, resolução de problemas, blogs, seminários, estudos de caso e outros.

5. RECURSOS DIDÁTICOS

São os meios necessários à concretização da estratégia. Estão relacionados aos métodos de ensino e estratégias a serem utilizadas. Devem ser previstos os recursos materiais, físicos, humanos e financeiros.

Os recursos variam desde quadro branco, pincel e apagador, projetor de slides, filmes, mapas, cartazes, aplicativos e softwares de última geração. É importante contemplar ainda manifestações artísticas na formação, tais como poesias, músicas, esculturas, pinturas, fotografias para aprimorar a inserção cultural dos estudantes.

Considerando o perfil atual dos estudantes, os nativos digitais, torna-se vital a inclusão das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) em atividades dinâmicas como jogos, simulações, aulas virtuais, etc. Isso faz com que estudantes e professores se sintam estimulados, tornando o conteúdo mais agradável com vistas a facilitar a compreensão e o aprendizado.

Considere que a eleição de determinados recursos e estratégias metodológicas expressam as concepções pedagógicas adotadas pelo docente e pela escola, bem como as intencionalidades subliminarmente identificadas no processo educativo.

6. AVALIAÇÃO

Trata da verificação do alcance dos objetivos e compreende: o processo de avaliação, os critérios e os instrumentos necessários a esse propósito. Vamos trabalhar com quatro questões fundamentais:

1. Por que avaliar?

Trata-se da verificação do alcance dos objetivos e compreende verificar se:

- Os objetivos foram alcançados?
- O que deu certo?
- O que pode ser mudado/melhorado?

2. O que avaliar?

- A aprendizagem dos estudantes;
- O grau de satisfação dos estudantes e do professor com a aula;
- O planejamento da aula;
- A participação e envolvimento dos estudantes nas atividades desenvolvidas;
- O impacto da aula no dia a dia dos estudantes.

3. Como avaliar:

- Elaborar os critérios de avaliação.
- Construir os instrumentos de avaliação.
- Apresentar e discutir os critérios de avaliação com os estudantes no início da disciplina/aula.

4. Quando avaliar?

- Início do processo: verificar os conhecimentos prévios – Função Diagnóstica.
- Durante o processo: acompanhar a aprendizagem e redirecionar o planejamento – Função Formativa.

– Final do processo: decisão acerca da progressão/certificação do estudante) – Função Somativa.

É desejável que a avaliação tenha caráter contínuo e processual, considerando-se a participação do estudante nas atividades desenvolvidas, a evolução na trajetória escolar e na formação das competências. Os métodos de avaliação devem ser alinhados com as estratégias de ensino, os objetivos e os resultados a serem alcançados.

Seja qual for o método ou sistema de avaliação, considere que o momento de avaliação é também um momento de aprendizado. Requer coerência, respeito, ética e estética.

7. CARGA HORÁRIA

Agora que você já definiu quase todos os componentes de sua aula, é hora de pensar em delimitar o tempo para realização de cada atividade. Para definir a carga horária da aula você deve considerar a complexidade de cada atividade, do assunto tratado, as características dos estudantes, do professor e os recursos selecionados.

Lembre-se que a distribuição da carga horária deve ser relativamente flexível e o professor pode e deve alterá-la conforme o andamento da aula e as necessidades dos estudantes.

8. BIBLIOGRAFIA

Ao preparar a aula, o professor necessita selecionar referências atualizadas e de origem confiável oriundas de órgãos governamentais, instituições de renome, reconhecidas nacional/internacionalmente e compartilhar com os estudantes para que possam aprimorar o aprendizado.

**A METODOLOGIA VIABILIZANDO A APRENDIZAGEM:
AS ESTRATÉGIAS DE ENSINO, SUA CORRELAÇÃO COM
OS RECURSOS DIDÁTICOS**

Os recursos didáticos são as ferramentas utilizadas pelo docente no decorrer do ano letivo, estando, frequentemente, sujeitos a algumas modificações ou a inserção de novos instrumentos que contribuirão para aperfeiçoamento das atividades e aulas executadas na escola. Esses recursos podem ser empregados em aplicações, cursos formatos distintos e constituem artigos indispensáveis para o estímulo desenvolvimento dos alunos. A utilização dos recursos didáticos auxiliam o professor no preenchimento das lacunas deixadas pela educação tradicional e na sua habilidade de possibilitar a que a visão do aluno seja expandida.

Os Recursos Didáticos e as Metodologias de Ensino

Uma metodologia de ensino abrange todas as ferramentas que os professores empregam na transmissão de seus saberes aos estudantes. Para isso, cada docente faz uso de um método, visando a um melhor modo de impulsionar seus alunos, guiando-os à obtenção do conhecimento. A metodologia é maneira de lecionar algo para uma pessoa e compartilhar com ela o seu conhecimento assimilado. Assim, no interior de cada metodologia de ensino, está a aplicação mais indicada ou considerada melhor para os recursos didáticos.